

Juízes/Espionagem: Eurodeputado Carlos Coelho questiona Comissão Europeia e Conselho sobre escutas da secreta italiana

Número de Documento: 7287825

Bruxelas, Bélgica 13/07/2007 18:30 (LUSA)

Temas: Judiciário (sistema de justiça), Polícia, Lei internacional, Investigação, Inquérito, UE/Presidência

Bruxelas, 13 Jul (Lusa) - O eurodeputado do PSD Carlos Coelho questionou a Comissão Europeia e o Conselho de Ministros sobre "a existência de investigações ilegais" pelos serviços secretos italianos relativamente a juízes, em requerimentos a que a Agência Lusa teve hoje acesso.

Como é Portugal que exerce a presidência da União até final do ano, terá de ser o Governo de José Sócrates a responder a Carlos Coelho em nome do Conselho de Ministros.

"Fomos surpreendidos com preocupantes revelações sobre a existência de investigações ilegais, praticadas pelo SISMI (Serviços Secretos Italianos) relativamente a magistrados judiciais e do Ministério Público", escreve o eurodeputado.

"O mesmo SISMI esteve aparentemente envolvido no rapto do clérigo muçulmano Abu Omar e a Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre as alegadas operações da CIA na Europa, a que eu presidi, recebeu em reunião à porta fechada o seu director, general Pollari", refere ainda Carlos Coelho no requerimento.

Salientando que o caso tem uma dimensão europeia, não só por terem sido "ilegalmente ´espiados`" magistrados não italianos, "incluindo Portugal", mas também porque alguns dos visados exercem funções no Gabinete europeu de luta contra a fraude (OLAF).

Carlos Coelho questiona, quer a Comissão Europeia quer o Conselho de Ministros dos 27, sobre "se vão tomar alguma iniciativa que proteja a independência do poder judicial e dos Magistrados afectados" e ainda "que acções estão previstas relativamente ao Estado italiano".

O eurodeputado lembra ainda que o Parlamento Europeu aprovou recentemente recomendações sobre o reforço do controlo judicial e democrático relativamente às actividades dos serviços secretos.

Os Serviços Secretos italianos foram acusados, há uma semana, pelo Conselho Superior de Magistratura italiano de terem espiado juízes de Itália e de outros países europeus para os "intimidar" e "descredibilizar".

A alegada acção de espionagem, conhecida quando foram investigados os arquivos de um andar secreto dos serviços de informação militares, envolveria também políticos, militares e jornalistas e teria decorrido entre 2001 e 2006, durante o Governo de Silvio Berlusconi, que já garantiu desconhecer o assunto.

Na terça-feira, o Ministério da Justiça português escusou-se a comentar o apelo feito pelos magistrados portugueses para que o Governo peça ao executivo italiano informações sobre alegada espionagem da secreta transalpina a juízes portugueses e europeus.

"O Ministério da Justiça não faz comentários", disse à Lusa o gabinete de imprensa do MJ.

A Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP) considerou "muito preocupante" a eventual ingerência dos serviços de informações militares de Itália na correspondência electrónica entre a MEDEL (Magistrados Europeus Para a Democracia e Liberdades) e os seus membros.

Em comunicado, o Conselho Geral da ASJP classificou aquela actuação como "muito preocupante e um atentado contra a democracia, a liberdade de associação e expressão e a autonomia dos órgãos do poder judicial e contra as finalidades da MEDEL, que visam, sobretudo, o fortalecimento da independência da justiça e a protecção dos direitos fundamentais".

IG/CC.

Lusa/Fim